

## EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: O COMPLEXO EDUCATIVO E O AJUSTE À LÓGICA DO CAPITAL<sup>1</sup>

### EDUCATION AND SOCIAL REPRODUCTION: THE EDUCATIONAL COMPLEX AND THE ADJUSTMENT TO THE LOGIC OF CAPITAL

Layslândia de Souza Santos<sup>2</sup>  
 Maria das Dores Mendes Segundo<sup>3</sup>  
 Maria Escolástica de Moura Santos<sup>4</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho está ancorado no materialismo histórico dialético e objetivou compreender o processo ontológico de formação do complexo educativo na sociedade de classes. A educação esta ligada a necessidade fundamental de reprodução social e seu surgimento está intrinsecamente conectado ao complexo fundante do ser social; o trabalho. As transformações que aconteceram no complexo educativo estão intimamente ligadas ao processo de complexificação da sociedade capitalista, de modo que a lógica do capital influencia sobremaneira a organização e normatização da educação. Dito isto, apresentamos o presente texto organizado em três partes fundamentais, que sintetizam o movimento dialético histórico da educação na sociedade classista. Com o advento desta sociedade, o complexo educacional passa a se ajustar à lógica da divisão social do trabalho, e converte-se num instrumento institucionalizado de manutenção da ordem burguesa, porém, ainda que consiga gerenciar o sistema da educação institucionalizada, o capitalismo não é capaz de cessar as reflexões que refutam sua soberania.

**Palavras-chave:** Educação. Sociedade de Classe. Capitalismo.

#### ABSTRACT

The present work is anchored in dialectical historical materialism and aims to understand the ontological process of formation of the educational complex in class society. Education is linked to the fundamental need for social reproduction and its emergence is intrinsically connected to the foundational complex of social being; labor. The transformations that took

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado da pesquisa de Dissertação intitulada “A Reforma do Ensino Médio (Lei N. 13.415/2017) e suas implicações na (de) formação da juventude brasileira”, realizada por Layslândia de Souza Santos, apresentada e defendida no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação em Ensino (Maie/Uece), sob orientação da Professora Dra. Maria Das Dores Mendes Segundo.

<sup>2</sup> Mestre em Educação em Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE), graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professora efetiva da rede pública municipal de Quixadá-CE – sousalays7@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Pós-Doutora pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE/UECE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE). E-mail: mariadores.segundo@uece.br.

<sup>4</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC (2017); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2010) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (2004). É Professora Adjunta II da Universidade Federal do Piauí, Departamento de Fundamentos da Educação - DEFE, área de Fundamentos Históricos e Culturais da Educação. E-mail: escol.santos@ufpi.edu.br

place in the educational complex are intimately linked to the process of complexification of capitalist society, in such a way that the logic of capital greatly influences the organization and regulation of education. Having said this, we present the present text organized in three fundamental parts, which synthesize the historical dialectic movement of education in a class society. With the advent of this society, the educational complex adjusts itself to the logic of the social division of labor, and becomes an institutionalized instrument for the maintenance of the bourgeois order. However, even though it manages the system of institutionalized education, capitalism is not able to stop the reflections that refute its sovereignty.

**Keywords:** Education. Class Society. Capitalism.

## INTRODUÇÃO

### O processo de humanização do gênero humano e o salto ontológico

É necessário iniciarmos destacando que referente aos estudos da ontologia marxiana, existem valorosas reflexões feitas por pesquisadores e pesquisadoras que abordam a temática sobre o ajuste do complexo educacional a lógica do capital, bem como as reverberações da crise estrutural do capital na educação. Assim, o debate que será apresentado aqui está dialogando com as imprescindíveis contribuições destes (as) estudiosos (as), que se baseiam na obra marxiana e nas contribuições da ontologia lukacsiana.

Para realizar as reflexões e o resgate ontológico que será apresentado adiante, nos baseamos no materialismo histórico-dialético, pois entendemos ser este o único que estabelece a estreita relação entre sujeito-objeto, aparência e essência, nos permitindo uma aproximação do real em sua totalidade, com os constantes movimentos e contradições que lhes são inerentes, vislumbrando possibilidades de intervir e agir sobre o mundo. Partindo deste pressuposto metodológico, conseguimos compreender o processo ontológico de formação do complexo educativo na sociedade de classes

Lukács (2018, p. 133) sublinha a importância do papel da educação na reprodução social, ressaltando que cabe a esta o papel de capacitar os homens a “reagir adequadamente aos acontecimentos e as reações novas que vierem a surgir em sua vida”. Para compreendermos as bases ontológicas do surgimento do complexo educacional, faremos um resgate histórico. Para tal feito, recorreremos à obra *Ontologia do Ser Social*, de Lukács (2018).

O processo de surgimento da espécie humana, se inicia no que Lukács (2018) denomina de “Hominização e Humanização”, que está ligada aos três momentos de transição entre as esferas que constituíram o ser social. Os organismos unicelulares que surgiram, evoluíram dos organismos vivos que formam a base orgânica da vida na terra. Esta, por sua vez, decorre de uma base inorgânica, isto é, os minerais, as reações químicas e os efeitos, que em determinadas condições e temperaturas interagiram quimicamente e formaram um novo tipo de ser.

Temos, então, o primeiro momento de transição com elementos qualitativos, que seria a passagem da esfera inorgânica, sem vida, para a formação dos primeiros seres unicelulares, que denominamos, a partir de Lukács (2018), de esfera do ser orgânico. Estes começam a apresentar as primeiras características de reprodução biológica, que os possibilitou evoluir de seres unicelulares para organismos celulares de organização complexa, com órgãos e sistemas. A base orgânica é constituída uma série de eventos que formam a reprodução. Com os organismos complexos evoluindo e se formando, chega um momento em que surgem os primeiros modelos hominídeos, com atributos que tendem à evolução num determinado tipo de ambiente.

Desta forma, após a transição qualitativa da esfera inorgânica para a esfera orgânica, e da evolução desta última, temos o principal momento que define o salto ontológico. Por meio do processo evolutivo e de reprodução, os hominídeos constituem a esfera de humanização. Esta só foi possível mediante o complexo trabalho. A partir do momento que a espécie humana passa a interagir com a natureza e, assim, desenvolve sua capacidade teleológica, dotando suas ações de sentido e prévia ideação, este ser alcança uma nova esfera, que seria a do ser social. Sua constituição só é possível por intermédio da relação entre o ser humano e a natureza, ou seja, do trabalho. Os outros seres complexos que decorrem das condições naturais irão permanecer e se reproduzir num grau de evolução de acordo com as condições ambientais e genéticas que permanecem. Porém, a partir desta interação entre o homem e o meio natural, conforma-se um novo patamar de sociabilidade. O salto ontológico representa então, uma transformação radical e irreversível na forma de vida existente (LUKÁCS, 2018).

O ser social nasce então constituído por outros complexos, porém, o trabalho é o complexo fundante. Lukács (2018) afirma:

Já que se trata do complexo concreto da socialidade enquanto forma de ser, pode ser legitimamente afluída a questão de por que precisamente destacamos, nesse complexo, o trabalho e lhe subscrevemos um lugar de tal modo preferencial no processo e para o salto da gênese. A resposta é ontologicamente considerada, mais simples do que parece à primeira vista: porque todas as outras categorias dessa forma

de ser já são, em sua essência, de caráter puramente social; suas qualidades, seu modo de operatividade surge apenas no ser social já constituído, o tipo de sua manifestação, por mais primitivo que possa ser, pressupõe o salto já consumado. Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2018, p. 9)

Com novas determinações sociais, os complexos surgem para a reprodução da mediação posta entre o homem e a natureza. Os indivíduos vão se agrupando, transformando e se adaptando às relações estabelecidas pelo tipo de sociabilidade que ia se configurando. Nesse momento histórico, o ser humano é totalmente dependente da natureza, pois todas as formas de existência e reprodução da vida dependem categoricamente de sua interação com o meio. Por meio desse movimento, são formadas comunidades para enfrentar os fenômenos naturais. Nisto, acontecem os primeiros confrontos entre estes grupos, que instintivamente começam a se enfrentar por alimentos e melhores locais para se abrigarem. Diante destes conflitos, as comunidades derrotadas eram escravizadas pelo grupo vencedor, que ficavam com o território, os que sobreviviam eram obrigados a realizar os trabalhos dentro da comunidade.

Isso gerou uma nova possibilidade para estes grupos humanos. Com outros sujeitos fazendo o trabalho essencial para a sobrevivência, uma determinada parte daquela comunidade pôde desfrutar de um tempo livre, conseguindo assim exercer outras atividades. Salienta-se que o ócio não é uma condição fixa, mas um estado ao alcance apenas de uma classe, obviamente, a que domina os meios de produção e gerencia o excedente produzido pela parte explorada. Esse processo histórico perpassa por significativos momentos de complexificação social, porém, gostaríamos de enfatizar que o ócio proporcionou uma inaugural perspectiva que ascendeu de acordo com a evolução do gênero humano.

A partir da produção de excedentes, da domesticação de animais, domínio cada vez maior de processos e técnicas agrícolas, entre outras tarefas complexas e do ócio, a educação escolar se desenvolveu e no conjunto dessas relações se apoiou no saber sistematizado do trabalho, primeiramente escravo, depois servil e, por fim, com a revolução burguesa, no trabalho assalariado. Esses elementos tornaram-se determinantes na função social da escola no quadro da produção e reprodução social (PEREIRA, 2020, p. 87).

Com uma organização social mais estabelecida e com a elaboração de ferramentas que intensificavam a ação do homem na natureza, a educação, que até então ocorria de forma

espontânea, ganha um diferente significado. Esse grupo que tinha acesso a um tempo ocioso para exercer outras atividades, passou a apresentar a necessidade de uma educação diferenciada.

### **Do salto ontológico ao surgimento da sociedade de classes: a dualidade histórica do complexo educacional.**

Até momento histórico descrito na seção anterior, a educação estava ligada à reprodução das relações sociais, bem como dos saberes ligados ao desenvolvimento dos labores comunitários, ou seja, ocorria de forma espontânea. Quando essa sociedade se complexifica, e dá-se a consolidação de um grupo que dispõe de um tempo para desempenhar outras funções, surge a educação institucionalizada, à qual estes indivíduos com possibilidade de desfrutar do ócio poderiam se dedicar.

Quando o ócio se configura como viável e uma classe pode dispor dele para exercer outras atividades, aparecem demandas inéditas, nisto, a educação se organiza sistematicamente. Temos então o primeiro momento que consagra o que consideramos a dualidade educacional, que seria a divisão da educação em lato e estrito. Deste modo, podemos inferir que esta dualidade tem um princípio fundamental dentro da sociedade de classes, pois a educação seria sistematizada e organizada a partir dos interesses específicos de uma determinada classe, o que contribuiria para a divisão entre o trabalho manual, destinado ao proletariado, e o trabalho intelectual, restrito à burguesia. Isso se reflete de forma aguda na institucionalização do processo de ensino que desponta a partir de então, que se realizava em locais específicos com conhecimentos sistematizados. Desta feita, temos a educação lato e a estrito: a primeira está ligada ao cotidiano, aos saberes manuais e à reprodução da vida e da sobrevivência; e a segunda sistematiza conhecimentos específicos, sendo destinada à classe dominante.

Amorim (2018), baseada em Lukács (2018), acrescenta que a educação lato e estrito estão associadas ao fato de que a qualquer momento podemos nos deparar com acontecimentos e situações nunca antes experimentados, em que o indivíduo poderá não reagir adequadamente, e isso impulsionaria a busca de conhecimentos que respondessem a isso. Santos, E. (2019) infere, ainda de acordo com a ontologia lukacsiana, que o surgimento destes dois tipos de educação está ligado à totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação. Pereira (2020) acrescenta:

O complexo da educação avança na inter-relação entre a esferas lato e restrita se autorrealizando no cotidiano da humanidade, pois a aprendizagem do ser humano é constante, contínua e vinculada a vários complexos da práxis social. Isso configura a educação no sentido lato que, em meio às atividades, sejam elas produtivas ou

ideológicas, possibilita situações espontâneas de aprendizagem, compondo o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores inerentes ao gênero humano (PEREIRA, 2020, p. 87).

Conforme reiteram Lima e Jimenez (2011, p. 84), “a educação é imprescindível em todos os modos de organização social porque sua função consiste em articular o singular ao genérico, reproduzindo no indivíduo as objetivações produzidas ao longo do desenvolvimento do gênero humano [...]”, isso, de acordo com as autoras, possibilita a continuidade do ser social. Santos (2017, p. 43) colabora a essa temática afirmando que “a educação é um fenômeno social imanente aos homens. Ela brota das relações humanas, das contradições vividas na sociabilidade”, tornando-se, assim, um dos complexos potencializadores do desenvolvimento humano.

Amorim (2018), fundamentada em Lukács, alega que a essência ontológica da função educativa é influenciar os homens a realizar outros pôres teleológicos necessários às novas situações de vida e transmitir o conhecimento acumulado pela humanidade às gerações vindouras. Maceno (2017) contribui destacando que a função social da educação é atuar na direção da construção dos sujeitos como membros do gênero humano. Santos, E. (2019), parafraseando o filósofo húngaro, atesta que o complexo educativo assume um papel primordial no processo de reprodução social, uma vez que todo o desenvolvimento histórico da humanidade não seria possível sem o acesso às produções humanas propiciadas pela educação.

Nesta perspectiva, Amorim (2018) assegura, a partir de Lukács (2018), que a especificidade do complexo educativo se encontra no ato previamente idealizado, ou seja, na teleologia do homem sobre o homem, em que podemos verificar a dimensão ontológica que a distingue do trabalho. Deste modo, a função da educação se desenvolve em dois sentidos – o lato e o estrito. A autora explica que esses dois sentidos que marcam a dualidade educativa não podem ser simplesmente conceituados, mas devem ser situados no desenvolvimento do próprio complexo educativo e no processo de reprodução social da humanidade. Para Amorim, a complexidade do trabalho impulsiona a obtenção de novos conhecimentos sobre a natureza, e a reprodução social se constitui em um movimento contínuo.

Assim, em Lukács (2018), a educação em sentido lato é um complexo universal, pois comparece em todas as formas de sociedade constituídas pelo homem, e através dela, cada indivíduo singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade, as características humano-genéricas produzidas pelos próprios homens. Em sentido lato, a

educação seria uma categoria universal que concretizaria a apropriação das objetivações que constituem o gênero humano. Santos (2017), expressa em relação a esta temática:

[...] uma das principais características desse tipo de educação é que as experiências imprescindíveis para a vida da espécie se consumam por meio da imitação: conversão de um reflexo de um fenômeno da realidade na prática de um sujeito. Como a eficácia dos procedimentos para a adaptação e domínio do homem ao ambiente no mundo primitivo não necessita, de maneira geral, de elaborações mais profundas, extra-cotidianas, um processo educativo lato atende satisfatoriamente à missão de garantir às novas gerações o legado construído pelas gerações anteriores (SANTOS, 2017, p. 77).

Amorim (2018) destaca que até nas comunidades primitivas os conhecimentos acumulados eram predominantemente socializados pelas pessoas mais velhas e experientes do grupo, e que essa relação existe porque o saber acumulado dos anciões se constituía como fundamentais. A base dessa educação era o acúmulo da memória e do conhecimento empírico adquirido na experiência de vida. Neste sentido, a educação em sentido lato está diretamente ligada à reprodução da vida. Santos, E. (2019) aponta que durante o período em que o trabalho era coletivo, esse tipo de educação foi suficiente para satisfazer as necessidades de reprodução do gênero. Para Lukács (2018), a educação em sentido lato é permanente e inacabada.

Já a educação em sentido estrito advém da complexificação das relações de trabalho e do aprofundamento da divisão de classes. Como já mencionado anteriormente, a esse complexo mantém uma relação de dependência ontológica com o trabalho, que é categoria fundante. Lima e Jimenez (2011, p. 86) explicam que “a prioridade ontológica do trabalho faz com que a educação seja um complexo dependente”.

Essa complexificação das relações de trabalho e sua conseqüente divisão faz surgir “a necessidade de regulamentar os atos individuais, e tal processo é realizado, como constatamos, basicamente pelos indivíduos mais experientes do grupo”.

[...] o conjunto de conhecimentos referentes a cada profissão particular passa a ser transmitido mediante práticas educacionais não mais espontâneas. As transformações na divisão do trabalho, indo da corporação à grande indústria, refletem-se significativamente sobre a educação (LIMA; JIMENEZ, 2011, p. 87).

A educação em sentido estrito é influenciada diretamente pelos interesses de classe, que passam a sistematizar conhecimentos específicos determinados pelo estrato privilegiado da época. Essa educação não era acessível a todas as classes sociais, os trabalhadores que continuavam exercendo suas funções ainda não tinham, inicialmente, como acessá-la. Devemos ressaltar que esta situação perdura até os dias atuais, em que muitos ainda não têm condições

de acesso e permanência nos sistemas de ensino. No entanto, o advento dessa educação sistematizada não exclui o tipo de educação considerada universal, ou seja, aquela ligada ao cotidiano. Para Santos, E. (2019), a educação em sentido estrito surge com objetivos mais específicos e a partir da complexificação das relações sociais, com a divisão social do trabalho e o advento das profissões, sendo mais especializada, responsável por cumprir não apenas as necessidades universais, mas às exigências particulares de determinados grupos sociais. Amorim (2018) acrescenta que, à medida que as formas de reprodução social se complexificam, se expande a tendência dessa educação sistematizada, e o caráter espontâneo desse complexo se torna cada vez menos predominante.

Os processos educacionais em sentido lato, cujos desenvolvimento e efetivação contam com a participação de todos os sujeitos que formam a totalidade social e não de um grupo particular (ou vários), reproduzem práticas muitas vezes alicerçadas em interesses contrários àqueles vinculados à educação em sentido estrito. A educação em sentido lato perpassa a educação em sentido estrito e também influencia sua objetivação. Nessa relação de influência mútua, o momento predominante é a totalidade social (LIMA; JIMENEZ, 2011, p. 89).

Para Amorim (2018), a função que a educação exerce em sentido lato e estrito só pode ser essencialmente compreendida a partir do lugar onto-histórico de constituição das sociedades, tanto a primitiva como a de classe, em que o trabalho assume formas próprias de produção. Estas cumprem papéis diferentes, porém, existe uma influência mútua entre as duas dimensões. Assim, de acordo com os estudos da pesquisadora em questão, a atribuição ontológica da educação nos dois aspectos seria influenciar e induzir o indivíduo a tomar decisões entre alternativas, mediando o desenvolvimento do homem permitindo-lhe galgar patamares mais elevados de pertencimento ao gênero humano.

Com a intensificação da divisão social de classes, e a ascensão do sistema capitalista como modelo econômico e social vigente, essa dualidade educativa se acentua ainda mais. Dentro do modelo de educação estrito, acontece uma subdivisão que acirra a problemática das desigualdades entre a classe trabalhadora e a classe que domina os meios de produção. A educação em sentido lato não se estingue, porém a estrito, cada vez mais sistematizada, se subdivide entre educação propedêutica e profissionalizante, a primeira voltada para o estudo do conhecimento e da cultura geral, sendo destinada a reverberar os problemas sociais, e a segunda formulada para instrumentalizar a classe que desempenhava os ofícios. Pereira (2020) contribui expressando que:

A estrutura dual das esferas educativas lato e restrita passou a apresentar uma forma dicotômica no interior do ramo restrito: propedêutico versus profissionalizante. Esta é a novidade, a dicotomia divide em dois gomos o que já era dual. Do ramo restrito da educação são paridos mais dois caminhos separados, mas relacionados: um profissional e outro científico, propedêutico. O capitalismo necessitava de trabalhadores com certo grau de instrução, que dominasse as tecnologias introduzidas na indústria, conhecesse o processo produtivo, requisitando um tipo de escola que formasse a força de trabalho. Porém, essa educação seria diferenciada do ensino ofertado aos filhos da classe burguesa dirigente. É o capitalismo, a sociedade de classe e a burguesia dominante requisitaram a emergência de uma dicotomia no ensino, a partir de um corte na educação restrita (PEREIRA, 2020, p. 105).

Deste modo, a dicotomia da educação fica evidente, sendo que de um lado temos um tipo de educação voltada para a burguesia, e do outro uma educação técnica, voltada para o ensino de profissões. Vale destacar que essa dicotomia emana de um momento de intensas transformações na sociedade burguesa, em que se reivindica cada vez mais de mão de obra qualificada, ou melhor dizendo, instrumentalizada, pois a revolução burguesa imprimiu uma maior demanda de operários capacitados para lidar com as máquinas industriais, intensificando a exploração do proletariado. Vejamos que, quanto maior a exploração da classe trabalhadora, maior o acúmulo de riquezas para a burguesia.

As relações sociais capitalistas estabelecidas pela solidificação do sistema provocam crises constantes que acarretam graves consequências para a humanidade e para o conjunto de todos os complexos sociais. Diante disso, a educação é colocada como redentora de mazelas sociais de toda ordem, tendo de apresentar soluções para os conflitos postos pela contradição fundamental entre capital e trabalho, atendendo às necessidades do sistema em seu processo de expansão e acumulação. Com o agravamento do contexto de crise, a educação é chamada a ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, desconsiderando sua formação humana. Os projetos educacionais a serviço da reprodução do capital acabam efetivando-se pela negação do conhecimento capaz de revelar as determinações do real e da complexidade e multiplicidade de suas dimensões, o que resulta na naturalização da lógica de exploração e desumanização que se aprofundam exponencialmente no corpo social hodierno (MAIA FILHO *et al.*, 2019).

Como podemos perceber, a educação é um complexo fundamental, que surge do trabalho, e que por isso mesmo mantém uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa (LIMA; JIMENEZ, 2011). É considerado um complexo dependente porque o trabalho tem uma prioridade que se expressa na gênese do ser social, por ser categoria fundante, e na reprodução social, porque “a reprodução biológica da vida forma a base de ser de todas as

manifestações vitais; a primeira sem a segunda é possível, o contrário, não” (LUKÁCS, 2018, p. 234).

A dependência ontológica da educação não se traduz, todavia, em ausência de autonomia. Sendo ela uma das mais importantes dimensões universais para a reprodução social – em sentido lato –, é imprescindível para que os seres humanos singulares se tornem membros do gênero humano (LUKÁCS, 2018). Por isso, é importante que os indivíduos se apropriem do conhecimento histórico, material e intelectual acumulado pela humanidade. O homem precisa produzir a sua própria existência e garantir a produção material que torne possível a sua vida no meio em que habita. Desta forma, a educação e o ensino são determinados pelo modo de produção material. E Santos (2019) acrescenta que, por manter essa relação de autonomia relativa e dependência ontológica, os rumos tomados pela educação guardam uma estreiteza com o processo de produção material. Ou seja, quanto mais desenvolvida uma sociedade, mais complexa é a atividade educativa. Pereira (2020) contribui com a seguinte reflexão:

O processo educacional geral tem suas bases ontológicas vinculadas ao complexo do trabalho em determinação recíproca, embora atue com relativa autonomia, a prioridade ontológica é do trabalho. Em linhas gerais, a educação é determinada prioritariamente pela divisão social do trabalho e visa atender as necessidades reprodutivas socialmente postas pelo modo de produção vigente. Isso não quer dizer que a educação seja limitada pelo trabalho, pelo contrário, mantém um processo constante de relativa autonomia em relação a ele e se relaciona contínua e processualmente com outras esferas sociais, absorvendo elementos que entram no circuito contraditório das necessidades socio reprodutivas. Numa sociedade de classes, essa dinâmica que move o ato de educar, instrui a partir do conhecimento restrito, privilégio da classe proprietária (PEREIRA, 2020, p. 97).

A formação do complexo educativo na esfera do ser social está atrelada a essa necessidade fundamental para a continuidade do homem enquanto ser genérico. A educação surge para desempenhar essa função imprescindível: através dela, cada ser singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade, as características humano-genéricas produzidas pelos próprios homens. Santos, E. et al. (2018) elucida que o papel realizado pela educação atende a uma premissa universal do ser social, pois todas as formas de sociedade demandam um processo de reprodução da sociabilidade que a caracteriza. Segundo Mészáros (2007, p. 205):

[...] a educação – no sentido mais abrangente do termo [...] desempenha um importante papel. Inevitavelmente, os primeiros passos de uma grande transformação social na nossa época envolvem a necessidade de manter sob controle o estado político hostil que se opõe, e pela sua própria natureza se deve opor, a qualquer ideia de uma reestruturação societária abrangente. Neste sentido a negação radical da estrutura completa de comando político do sistema estabelecido deve afirmar-se, na sua inevitável negatividade predominante, na fase inicial da transformação planeada. Mas

mesmo nessa fase, e de facto antes da conquista do poder político, a negação necessária é adequada para o seu papel assumido apenas se for enformado positivamente pelo alvo global da transformação social contemplada, como a bússola de toda a caminhada. Portanto o papel da educação é de importância vital desde o início para quebrar a interiorização prevalecente das escolhas políticas confinadas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista nos seus próprios interesses. Pois também esta ‘contra-interiorização’ (ou ‘contra-consciência’) exige a antecipação dos contornos positivos abrangentes de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, muito para além da expropriação do poder de tomar todas as decisões fundamentais há muito estabelecidas, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, através de políticas como a forma de alienação por excelência na ordem existente (MÉSZÁROS, 2007, p. 215).

Deste modo, a função essencial da educação estaria associada à transmissão e apropriação das características que compõem a generidade em cada momento concreto de constituir-se como partícipe do gênero humano, porém, com a complexificação do trabalho e a divisão de classes, o complexo educacional tem sua constituição inicial modificada.

A educação estabelece com o trabalho uma relação de “identidade da identidade e da não identidade”. A identidade se justifica pelo fato de que o trabalho se transforma no modelo de toda práxis social, por ser o complexo fundante. Com isso, a educação poderá ser compreendida como práxis social que se caracteriza pela efetivação de posições teleológicas. A não identidade se dá pelo fato de que no trabalho são postas teleologias primárias, que realizam a ligação direta entre homem e natureza (SANTOS, E. 2019, p. 34). O complexo educativo nos moldes da sociedade capitalista atende a demandas ideológicas e estruturais do modo de produção vigente. Não obstante, possui contradições que fomentam a constância do método dialético e fundamentam a sua relevância no processo de conscientização da classe revolucionária.

## **Considerações finais**

### ***A função da Educação na sociedade de classes: contradições e desafios***

A crise, pelo seu caráter universal, estende-se a todos os complexos sociais. O capitalismo modificou as relações humanas de tal forma que até mesmo a falta de êxito em conseguir espaço, por exemplo, no mundo do trabalho, é apontada como culpa do indivíduo, como se ele não tivesse se preparado, se capacitado o suficiente ou não soubesse aproveitar as oportunidades que lhe foram oferecidas pelo capital. Esse discurso faz com que os jovens

adentrem numa lógica reprodutivista da meritocracia, sem levar em consideração as condições que foram construídas historicamente para acirrar a divisão de classes dentro desta conformação social.

Dentro da lógica do capital, a escola vem reforçando esse discurso. E assim, a classe trabalhadora tem objetivado, dentro dos ambientes escolares, conquistar mais oportunidades de formação ou instrução para aumentar as chances de integrar o mundo do trabalho, que se encontra precarizado dentro de uma totalidade do sistema, mediante uma crise estrutural.

O tão aclamado capital humano que a escola forma para o mercado do trabalho é visto na sociedade atual sob o viés da empregabilidade, na qual o indivíduo se torna responsável não apenas pelo seu sucesso ou insucesso, mas principalmente pela sua inserção no mercado de trabalho, deixando de lado o contexto histórico, social e econômico (RAFAEL; RIBEIRO; MENDES SEGUNDO, 2016, p. 4).

Pereira (2020) ressalta que, em seus primórdios, a escola não surge para atender a todos as pessoas, mas somente àquelas que dominavam os meios de produção. De acordo com o pesquisador, as classes proprietárias e livres dos trabalhos manuais criaram a escola para transmitir a seus herdeiros os saberes sistematicamente já desenvolvidos. Desta forma, a escola está ligada ao modo de reprodução social em cada época histórica, e sua origem se relaciona com a educação estrita, estando associada ao ócio e ao lazer. A produção dos excedentes, proporcionada pela exploração de uma classe sobre a outra, pelo domínio de novas ferramentas, técnicas agrícolas e domesticação de animais, faz com que a educação escolar se desenvolva e se apoie no saber sistematizado do trabalho, “esses elementos tornaram-se determinantes na função social da escola no quadro da produção e reprodução social” (PEREIRA, 2020, p. 87).

A constante reestruturação do sistema capitalista, viabilizada pela crise nas próprias estruturas desse modo de produção, faz com que a classe trabalhadora e as esferas as quais ela está ligada diretamente sofram a consequência dos ajustes que são necessários para que o capitalismo se mantenha como sistema econômico vigente. O proletariado é a classe mais afetada com a precarização causada por esse movimento. O capitalismo busca, de todas as formas, difundir sua lógica por meio dos mais diversos discursos e das mais variadas práticas, ocasionando o distanciamento da consciência revolucionária dos trabalhadores.

Por fim, ressaltamos que o processo de qualquer transformação social não se dá somente por intermédio da educação. Todo movimento teórico que pretenda discutir a sociedade e suas

relações sociais, confia à educação um importante e elementar papel, no Marxismo não é diferente. Reconhecemos a importância vital da educação, no entanto, devemos alertar que não é nela que se encontra a potência da revolução. São os trabalhadores a classe revolucionária. Toda e qualquer luta por uma subversão do modelo econômico e social atual só poderá ocorrer mediante um duro e longo processo de luta da classe trabalhadora. E a educação tem uma essencial função neste propósito, visto que a tomada de consciência é um dos maiores desafios para que os trabalhadores se reconheçam como potência revolucionária. Daí a importância de realizar uma reflexão e análise do mundo do trabalho contemporâneo, e não somente, mas também refletir sobre o tipo de educação que a classe trabalhadora tem recebido.

Nesta perspectiva, torna-se bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que cimenta o sistema capitalista; nem é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz a partir de dentro e através dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada a promulgação activa – ou mesmo a mera tolerância – de um mandato às suas instituições de educação formal que as convidasse a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo: ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental.

Os sistemas escolares na sociedade capitalista são perpassados por uma contradição, pois, de um lado, a escola é a instituição que desempenha a socialização do saber sistematizado, do conhecimento nas suas formas mais desenvolvidas. Tal função se desenvolveu historicamente, e, na sociedade burguesa, a educação escolar é o modelo que predomina. Por outro lado, esse papel socializador da escola entra em contradição por conter o carácter privado da apropriação dos meios de produção na sociedade capitalista. E se estes são considerados propriedade privada, o conhecimento, como também um produto da humanidade, não pode ser plenamente socializado. Este é, portanto, um dilema insuperável dentro da sociedade capitalista: a incompatibilidade entre a função socializadora da escola e a apropriação privada do conhecimento na sociedade capitalista.

Dito isto, apontamos como notas conclusivas que a educação, que nasce diretamente interligada ao complexo fundante, desempenha uma função ontológica que está ligada à reprodução da vida social e à continuidade do humano enquanto ser genérico. Com o advento da sociedade classista, o complexo educacional passa a se ajustar à lógica da divisão social do

trabalho, e converte-se num instrumento institucionalizado de manutenção da ordem burguesa. Porém, é válido mencionar que embora consiga manter o domínio deste complexo por meio de sua hegemonia, o sistema capitalista não o domina por completo, e dentro deste articulam-se formas de resistência, subversão e de contradições que possibilitam a formulação de ideias e ações que questionam este modelo burguês, individualista, meritocrático e desigual. Ainda que consiga gerenciar o sistema da educação institucionalizada, o capitalismo não é capaz de cessar as reflexões que refutam sua soberania.

## Referências

- AMORIM, Maria Gorete Rodrigues de. **Educação para o trabalho no capitalismo: o Pró-Jovem como negação da formação humana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.
- LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 73-94, ago. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 19 jun. 2020.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. Traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. p. 1457.
- MACENO, Talvanes Eugenio. **Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- MAIA FILHO, Osterne Nonato. MENDES SEGUNDO, Maria Das Dores. RABELO, Josefa Jackeline. JIMENEZ, Maria Susana. O modelo liberal tecnoburocrático e as recentes reformas educacionais brasileiras: limites da tese reformista na perspectiva marxista. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, abr. 2019. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782019000100208](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782019000100208). Acesso em: 2 mar. 2020.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI**. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PEREIRA, George Amaral. **A educação profissional e o Ensino Médio no Brasil: meandros, contradições e descaminhos da proposta de integração no Ceará**. 2020. 331 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193446/pereira\\_ga\\_dr\\_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193446/pereira_ga_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 2 out. 2020.
- RAFAEL, Ivania Maria de Sousa Carvalho; RIBEIRO, Luiz Távora Furtado; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. A crise do Capital e a relação com a educação brasileira. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 375-386, mai./ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644419221>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- SANTOS, Escolástica; JIMENEZ, Susana Vasconcelos; GONÇALVES, Ruth Maria. A reprodução do Ser Social e a mediação da Educação. **Germinal: Marxismo e Educação em**

Debate, Salvador, v. 10, n. 1, p. 159-268, mai. 2018. Disponível em:  
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/18472/16034>. Acesso em: 3  
mar. 2020.

SANTOS, Escolástica. **Trabalho, educação e pobreza**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.